





GEOCORRENTE

29 de julho de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 • N° 144

Deep Blue Project: o papel da Nigéria na segurança marítima do Golfo da Guiné



BOLETIM

GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção "Temas Especiais".

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE SILVIO LUIS DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (Egn)

EDITOR EXECUTIVO

Capitão-Tenente Bruno de Seixas Carvalho (Egn)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (Egn)

EDITORES ADJUNTOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (Uff)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Ana Carolina Vaz Farias (Ufrj)

Bruno Gonçalves (Ufrj)

Isadora Novaes dos Santos bohrer (ufrj)

TRADUÇÃO E REVISÃO

Rodrigo Oliveira Dutra Marcílio (Ufrj)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na <u>home page da EGN</u> e em nossa <u>pasta do Google Drive</u>.

PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

Bruno Gonçalves (Ufrj)

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (Puc-Rio)

ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)

João Victor Marques Cardoso (Unirio)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Ana Laura Marçal Monsores (Uff)

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (EGN)

José Martins Rodrigues Junior (Ufrj)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (Ufrj)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

Rafael Esteves Gomes (Ufrj)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Ana Carolina Ferreira Lahr (Egn)

GABRIELA PAULUCCI DA HORA VIANA (UFRJ)

Gabriele Marina Molina Hernandez (Uff)

Pedro Allemand Mancebo Silva (Puc-Rio) Raphaella da Silva Dias Costa (Ufrj)

EUROPA

GUILHERME FRANCISCO PAGLIARES DE CARVALHO (UFF)

MARINA AUTRAN CALDAS BONNY (UFRJ)

Melissa Rossi (Suffolk University)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (Ufrj)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Ibmec)

Luís Filipe de Souza Porto (Ufrj)

Marcelle Torres Alves Okuno (Egn)

Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP)

PHILIPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINICIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)

Ana Luiza Colàres Ćarneiro (Ufrj)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

VITOR FERREIRA LENGRUBER (UCP)

RÚSSIA & Ex-URSS

José Gabriel de Melo Pires (Ufrj)

Luiza Gomes Guitarrari (Ufrj)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

Pérsio Glória de Paula (Uff)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Maria Gabriela Veloso Camelo (Puc-Rio) Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (Ufrj)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ASIA

Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (ufrj) João Miguel Villas-Boas Barcellos (Ufrj)

Marina Soares Corrêa (Ufrj)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (Egn) Guilherme Novaes Silva Pinto (Ufrj)

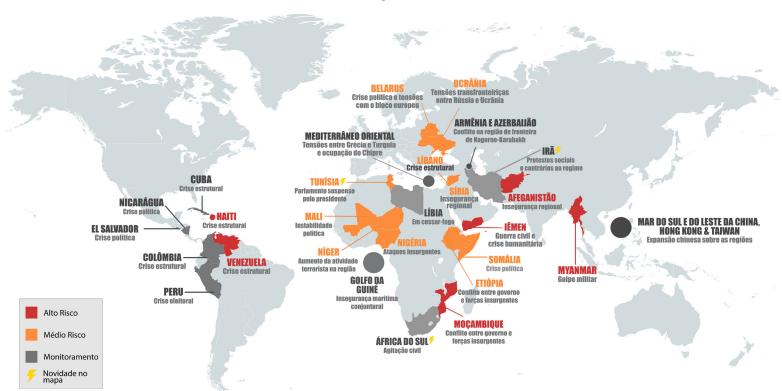


ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL	RÚSSIA & Ex-URSS		
A cooperação naval Argentina-Colômbia e o Programa Antártico Colombiano5 O papel das Forças Armadas na legitimidade de Nicolás Maduro6	Belgorod e o poder naval russo: interesses geopolíticos e motivações econômicas		
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL	LESTE ASIÁTICO		
A necessidade da Royal Canadian Navy de substituição dos submarinos "classe-Victoria"7	Como a China observa a saída dos EUA do Afeganistão?		
Impactos da crise climática no sistema energético estadunidense8	O desenvolvimento de navios aeródromos de Índia e China		
ÁFRICA SUBSAARIANA			
Deep Blue Project: o papel da Nigéria na segurança marítima do Golfo da Guiné	ÁRTICO & ANTÁRTICA Arctic Security Initiative: ponto de virada no imobilismo dos EUA?		
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA			
A aproximação de Israel com o Golfo Pérsico e o Acordo Nuclear Iraniano11			
	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa		
	Calendário Geocorrente		
	Referências		
	Mapa de Riscos		

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

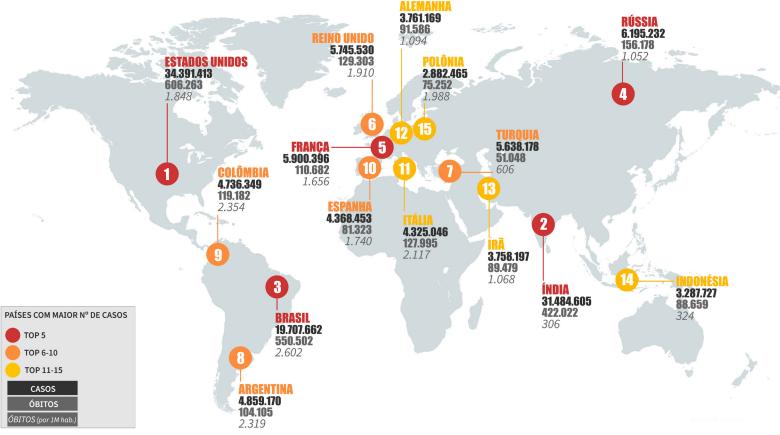


Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 18.



PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 29 de julho de 2021.



ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

anking dos países	com mais doses	aplicadas e colocaçã	io correspondente	à população vacinad
País	Doses a	plicadas* (por 100 pessoas)	População vacinada (%)	Vacinas
China**	1.601,2 (1°)	115	- -	CanSino Sinopharm/Beijing Sinopharm/Wuhar Sinovac
Índia	450,7 (2°)	33	26 (86°)	Covaxin Oxford/AstraZenec Sputnik V
Estados Unidos	343,3 (3°)	103	57 (32°)	Johnson&Johnso Moderna Pfizer/BioNTech
Brasil	137,8 (4°)	65	48 (42°)	Johnson&Johnson Oxford/AstraZenec Pfizer/BioNTech Sinovac
Alemanha	90,9 (5°)	109	61 (26°)	Johnson&Johnso Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZene
Reino Unido	84,3 (6°)	126	70 (10°)	Moderna Oxford/AstraZened Pfizer/BioNTech
Japão	72,5 (7°)	65	38 (60°)	Moderna Pfizer/BioNTech
Turquia	70,4 (8°)	84	48 (43°)	Pfizer/BioNTech Sinovac
França	69,6 (9°)	104	60 (28°)	Johnson&Johnso Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZene
Itália	67,0 (10°)	111	63 (24°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneo

Fontes: Organização Mundial da Saúde; The New York Times

**O país não forneceu dados sobre o número de pessoas que foram parcialmente ou totalmente vacinadas.

AMÉRICA DO SUL

A cooperação naval Argentina-Colômbia e o Programa Antártico Colombiano

José Martins Rodrigues Junior

Em junho de 2021, os Estados-Maiores das Marinhas da Argentina e da Colômbia se reuniram com o objetivo de fomentar a cooperação entre as duas Instituições. Apesar de posições geográficas opostas na região, a aproximação dos dois países no âmbito naval atende a desafios comuns, destacando-se, sobretudo, os assuntos antárticos. Nesta questão, Bogotá enfrenta desafios para a consolidação do Programa Antártico Colombiano (PAC), ainda incipiente. Assim, cabe analisar como a cooperação com a Argentina se localiza dentro da estratégia colombiana para a Antártica.

Apesar de ser membro não-consultivo do Tratado da Antártica há mais de 30 anos, a Colômbia apresentou seu programa para o "continente blanco" apenas em 2013, tendo sua primeira expedição oficial realizada em 2014. O programa tem como objetivo final estabelecer estações permanentes e acampamentos, que possibilitem a exploração e pesquisas no interior do continente. Para alcançar essas metas, a Colômbia tem aprofundado suas relações com os Estados presentes na região por meio de redes de cooperação técnico-científicas. Justifica-se a presença no continente a partir da consolidação dos assuntos antárticos como um elemento estratégico para a política externa colombiana. Sua efetiva presença alçaria a projeção do país perante a comunidade internacional e, assim, abriria caminhos para pleitear o status de país

consultivo no Sistema do Tratado Antártico.

Nesse contexto, a aproximação com a Argentina, pelo primeiro encontro Estados-Maiores, atende à busca por cooperação militar e tecnológica que a Colômbia necessita para o desenvolvimento e implementação do PAC. ressaltar que a Antártica é um tema caro à Argentina, que acumulou durante décadas um know-how em pesquisa, preparo de equipes e meios necessários para as operações no continente. Em 2019, acordou-se entre os dois países o oferecimento de um curso de capacitação a militares colombianos para o ambiente antártico. Em 2020, houve o treinamento de oficiais da Marinha colombiana a bordo do quebra-gelo argentino Almirante Irizar (Boletim 133). Neste sentido, o encontro entre as Marinhas argentina e colombiana em 2021 consolida essa relação de cooperação em assuntos antárticos.

Entende-se, portanto, que a aproximação da Marinha colombiana à Marinha argentina atende aos imperativos estratégicos colombianos em relação à Antártica. O PAC possui desafios a serem superados, como o estabelecimento de uma estação científica e uma escola preparatória. A consolidação desses laços, portanto, é um fator-chave para a projeção da Colômbia no "continente blanco".



O papel das Forças Armadas na legitimidade de Nicolás Maduro

Rafael Esteves

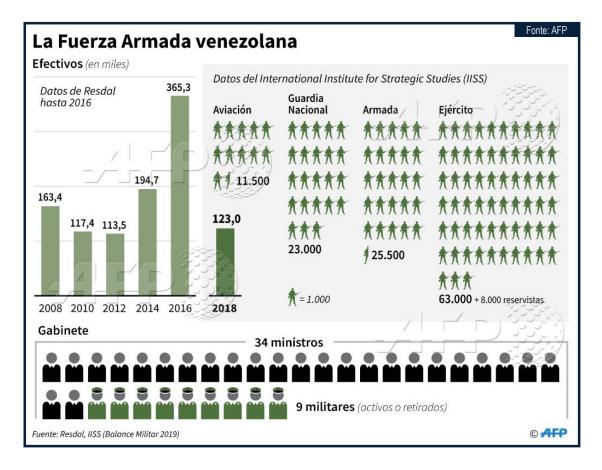
Assim, em 7 de julho de 2021, Maduro nomeou novos líderes do Exército, da Marinha, da Guarda Nacional Bolivariana e do Comando Estratégico. Também foram definidas novas atribuições para a Milícia Nacional Bolivariana, com maior participação nos serviços de inteligência e na educação dessa questão na conjuntura da Venezuela?

O país sofre com uma crise estrutural, evidenciada pela hiperinflação e falta de alimentos e combustíveis, gerando fluxos de deslocados, cenário agravado pela pandemia. Apesar disso, no nível doméstico, Maduro tem se aproveitado da falta de coordenação da oposição e no fracasso desta perante ao caótico cenário político doméstico para atrair os militares. Mudanças na liderança das Forças Armadas consolidam o posicionamento da alta cúpula militar pelo *status quo* interno. O fortalecimento da Milícia Bolivariana, o braço armado do regime, em setores importantes da segurança nacional dificulta

qualquer tipo de ação contra Maduro, devido ao maior controle sobre os militares e a população, condicionando a manutenção de Maduro no poder.

Do ponto de vista geopolítico, manter as forças de segurança sob seu controle fortalecem o poder dissuasório da Venezuela com os seus principais adversários, os Estados Unidos, que atuam na região através do SOUTHCOM e possuem influência no Grupo de Lima. Destaca-se que o país sul-americano é uma peça importante na geopolítica global, uma vez que Maduro é apoiado por atores de peso, como China e Rússia, além de suas ligações com Irã e Turquia. Ademais, a posição geográfica da Venezuela é relevante, na medida em que se localiza relativamente próxima aos EUA e conecta o Caribe à Amazônia. Destaca-se, também, as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo.

A crise estrutural da Venezuela se dá por múltiplos fatores, por pressões externas de Estados sul-americanos e dos EUA, e por litígios com atores regionais como a Colômbia (Boletim 138). Ademais, o governo tem administrado tais questões devido ao apoio da ala militar, construída desde o governo de Hugo Chávez, mas questiona-se até quando Maduro irá conseguir manter essa base e se isso será o suficiente para reverter a situação venezuelana.



AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

A necessidade da Royal Canadian Navy de substituição dos submarinos "classe-Victoria"

Jéssica Barreto

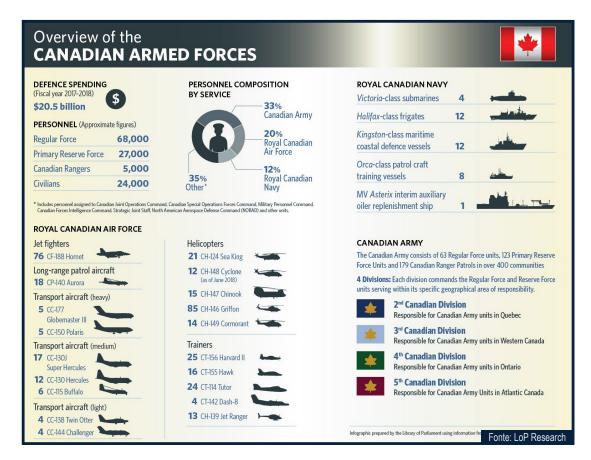
A pós 30 anos, a *Royal Canadian Navy* está levantando o debate sobre a necessidade de substituir seus submarinos para garantir capacidade de operação no mar. No final de junho de 2021, representantes da Marinha anunciaram a criação de uma equipe dedicada a estruturar o plano de substituição dos submarinos classe-*Victoria*, antiga classe-*Upholder* do Reino Unido. O movimento leva ao questionamento: qual o papel da indústria de construção naval canadense em suprir essa demanda?

Ainda no século XIX, como colônia do Reino Unido, a construção naval no país se desenvolveu pela necessidade de manter o comércio de madeira com a metrópole. Entretanto, a história do setor é marcada por ciclos de altos investimentos seguidos por grandes quedas. Esses ciclos de *boom and bust* prejudicam a capacidade de produção, a infraestrutura do setor e a curva de desenvolvimento tecnológico do país. Na tentativa de criar previsibilidade e acabar com esses ciclos, foi lançada em 2010 a *National Shipbuilding Strategy* (NSS), que é a maior iniciativa a longo prazo de modernização da Marinha canadense.

Uma das críticas levantadas por especialistas da área sobre a NSS foi a falta de planejamento para a substituição dos submarinos "classe-Victoria", que se encontram sucateados. Apesar de sua importância histórica para o Poder Naval, o Canadá apresentou dificuldades para

substituir esses ativos, levando-os a obsolescência. O debate sobre a necessidade de substituição dos submarinos permeia o país desde os anos 1980. Por exemplo, a política de defesa do governo conservador de Brian Mulroney, lançada em 1987, propunha o desenvolvimento de submarinos com propulsão nuclear que garantiriam maior capacidade de atuação no Ártico. Entretanto, esse projeto foi cancelado poucos anos depois. Em 1998 a classe-*Victoria* foi adquirida para substituir a classe-*Oberon*, em operação desde os anos 1960.

Em parte, essa resistência que permeia a sociedade é fruto dos traumas vividos na Segunda Guerra Mundial pelos submarinos alemães. Além disso, a maioria dos submarinos na história do país, diferentemente das outras embarcações da Marinha, foram compras de oportunidade. Atualmente, a classe-*Victoria* passa por um processo de modernização e revitalização das embarcações, que tem fim previsto para 2023. Para garantir a autonomia do país e demanda para a indústria, o ideal seria o desenvolvimento da futura classe usufruindo da estrutura de construção naval que está em plena atividade no Canadá, através da NSS. Além disso, é necessário pensar nas necessidades de operação que os submarinos não tem suprido, como as operações no Ártico que ficam dependentes da força estadunidense.



Impactos da crise climática no sistema energético estadunidense

Victor Gaspar Filho

Em meio a uma seca histórica, uma onda de calor sem precedentes, provocada por um domo de alta pressão, se estende da Califórnia até áreas nos territórios árticos do Canadá. Quatro entes federativos estadunidenses estão inteiramente sob condições de seca — Califórnia, Nevada, Oregon e Utah, com impactos em diferentes setores econômicos e sociais. No campo energético californiano, quais são os impactos provocados pela crise climática?

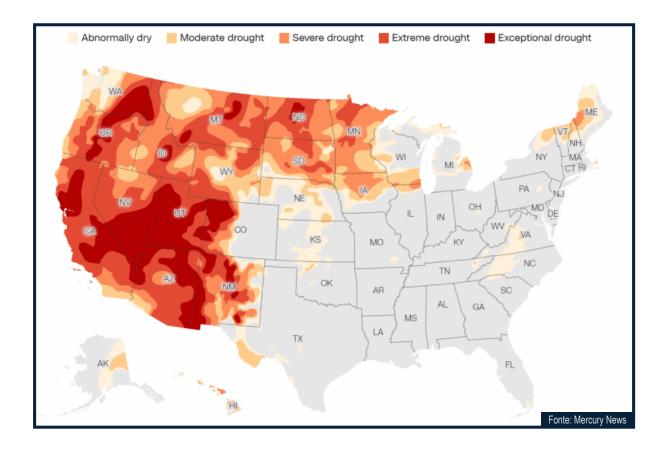
Mais de 58,4 milhões de pessoas vivem em áreas afetadas pela seca e um recorde de 49,7% do oeste estadunidense está enquadrado nas categorias classificadas como "extrema" e "excepcional". Na Califórnia, a temporada de incêndios está com ritmo mais intenso que no ano de 2020, quando se alcançou um novo patamar de cerca de 4,1 milhões de acres queimados. O escoamento da neve da cordilheira de Sierra Nevada, que abastece a região, está 74% abaixo do normal devido à evaporação e à absorção d'água pela terra ressecada antes que ela alcance os reservatórios.

Os mais de 1.500 reservatórios californianos estão 50% mais baixos do que deveriam nesta época do ano e estão limitando, severamente, a quantidade de energia que o estado pode gerar a partir de usinas hidrelétricas. A barragem Hoover, o maior reservatório do país, reduziu sua capacidade de geração em cerca de 25% devido aos

baixos níveis de água. Em 2021, a energia hidrelétrica respondeu por apenas 7% da energia gerada na Califórnia.

Cortes na geração hidrelétrica aumentarão a pressão sobre a rede de energia já sobrecarregada do estado, enquanto os residentes de toda a região oeste aumentam o consumo elétrico para combater o calor. A crescente dependência de usinas movidas a gás também pode comprometer seu objetivo de realizar sua transição para energias limpas. Essas usinas são a maneira mais simples e rápida de adicionar eletricidade à rede. Embora o estado esteja aumentando sua produção de energia renovável, ele carece de infraestrutura de armazenamento energético dessas fontes.

O agravamento da seca pode desencadear contenciosos por recursos entre entes federativos, agricultores, sociedade civil e outros afetados, caso o governo estadunidense não trace um caminho para a segurança hídrica nacional. O consumo exacerbado somado às mudanças climáticas aceleram o esgotamento dos recursos hídricos, revertendo projeções de aumento da parcela de energias limpas na matriz regional. Ademais, o desenvolvimento da costa, alimentado especialmente pela Barragem Hoover, se encontra ameaçado pela incerteza da produção energética, à qual todas as cadeias produtivas estão condicionadas.



ÁFRICA SUBSAARIANA

Deep Blue Project: o papel da Nigéria na segurança marítima do Golfo da Guiné

João Victor Marques Cardoso

A insegurança marítima no Golfo da Guiné (GoG) é um tema cada vez mais importante na agenda global. Isso porque os crimes marítimos se expandiram em número e sofisticação, para além da pirataria e do roubo armado na costa, tornando-se altamente recompensadores e de baixo risco. A gravidade dos impactos ao setor marítimo tem exigido respostas articuladas, muitas delas extrarregionais, pois os recursos e as habilidades regionais são limitados (Boletim 134). Assim, o desafio à soberania da Nigéria — relevante Poder Naval do GoG — e a importância do comércio marítimo de petróleo ao país pressionam medidas assertivas. Diante disso, questiona-se como a Nigéria tem enfrentado ou contribuído para a segurança marítima da região.

A Agência Nigeriana de Administração e Segurança Marítima (NIMASA, em inglês) — órgão vinculado ao Ministério dos Transportes — concluiu, em junho de 2021, o comissionamento do *Deep Blue Project*. Segundo o diretor-geral da NIMASA, Bashir Jamoh, o projeto foi desenhado para combater a insegurança marítima em terra, mar e ar, somando US\$ 195 milhões em três helicópteros para busca e salvamento, duas aeronaves para vigilância da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), quatro drones, dois navios de missão especial, 17 barcos de intercepção rápida e 16 veículos blindados para patrulha nas regiões litorâneas, além da atuação em

terra de 600 militares.

Talvez seja possível correlacionar o início da alocação desses ativos e a queda de incidentes na ZEE nigeriana, de quatorze para quatro, comparando-se o primeiro semestre de 2020 e de 2021, segundo o *International Maritime Bureau*. Com isso, o projeto foi bem recebido pelo setor privado, pois reduz a necessidade de escolta privada à indústria do petróleo e ao comércio marítimo, com custos entre US\$ 8 e 10 mil por dia. Também significa menos despesas ao governo, como a interrupção do contrato com a *Ocean Marine Solutions*, que permitia o aluguel de embarcações à Marinha da Nigéria para patrulhar a *Secure Anchorage Area*, no complexo portuário de Lagos.

O retorno positivo desses esforços não mitiga, entretanto, as causas estruturais da insegurança marítima, ligada, sobretudo, às mazelas socioeconômicas do Delta do Níger. Destaca-se também a falta de clareza nos mandatos da NIMASA e da Marinha, que se sobrepõem e competem entre si, dificultando o combate a outros crimes marítimos e o diálogo com demais agências responsáveis, como o *Federal Fisheries Department*. A falta de uma abordagem colaborativa interagências e de política pública para proteger comunidades costeiras fragiliza o trabalho das autoridades e não minimiza a vulnerabilidade das pessoas a redes criminosas, podendo, assim, reverter os ganhos pontuais verificados.



O impacto da automação tecnológica nas Forças Armadas Britânicas

Guilherme Carvalho

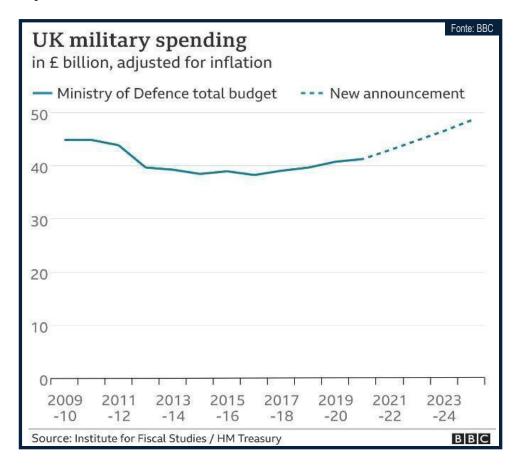
Desde o final dos anos 1990, o Reino Unido, situado entre as maiores potências militares do mundo, vem direcionando sua base industrial para a produção de materiais de defesa altamente tecnológicos e de altíssimo valor agregado, no que hoje o país é referência. Na primeira quinzena de julho, o Exército Britânico testou uma tecnologia de inteligência artificial que provê consciência situacional e sugere engajamentos no campo de batalha. Essa tecnologia reduz a necessidade de capital humano em operações, mas traz o questionamento: qual o impacto disso sobre a composição e atuação das Forças Armadas do Reino Unido?

É válido ressaltar que a diminuição do efetivo das FAs britânicas é uma tendência observada desde o fim da Guerra Fria. Entretanto, a situação atual expõe uma outra questão: ao passo em que o governo investirá US\$ 21 bilhões — a mais — no orçamento de Defesa em quatro anos, ao final deste período está previsto um corte de 10 mil militares no Exército, caindo dos atuais 82.500 militares para 72.500 em 2025. São também previstos cortes na Marinha e Força Aérea.

Indicados no novo Livro Branco de Defesa britânico (Boletim 138), esses planos causaram controvérsia na

opinião pública e na mídia. Especialistas no setor de Defesa sugerem que a redução de pessoal poderá resultar em diminuição de efetividade em caso de necessidade de operações em larga escala, especialmente no caso de operações conjuntas — uma observação feita até mesmo por ex-secretários de Defesa britânicos e estadunidenses. As críticas indicam que, apesar do avanço da inteligência artificial no campo de batalha, o efetivo humano ainda é preponderante e vital para a correta aplicação do poder militar.

De fato, os recentes testes do Exército britânico demonstram a aplicabilidade de soluções cada vez mais tecnológicas no campo de batalha e, com o tempo, será notável a presença deste tipo de tecnologia nas principais Forças Armadas. Ainda que essas tecnologias tragam componentes de agilidade e assertividade, o fator humano ainda é um fator preponderante na guerra contemporânea, elemento também reforçado pela tradição militar que fundamenta a própria instituição. De modo a limitar possíveis impactos negativos, portanto, é razoável e necessário refletir sobre um balanceamento entre novas tecnologias e o comportamento humano.



ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

A aproximação de Israel com o Golfo Pérsico e o Acordo Nuclear Iraniano

Vitor Lengruber

No último mês, o ministro de Relações Exteriores de Israel, Yair Lapid, foi o primeiro integrante do alto escalão do governo israelense a realizar uma visita oficial aos Emirados Árabes Unidos (EAU). A visita de Lapid, ocorrida nove meses após a normalização das relações diplomáticas de Israel com os EAU e o Bahrain (Boletim 123 e Boletim 125), resultou em uma declaração conjunta que prevê o aprofundamento do "diálogo estratégico e a cooperação entre os dois países" na região. Em termos geopolíticos, o que significaria, então, este acontecimento?

A possibilidade de retorno dos Estados Unidos à mesa de negociação do acordo nuclear iraniano, o *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA), tem preocupado Israel (<u>Boletim 143</u>). Enquanto os representantes do P5+1 e da União Europeia desejam que o Irã se comprometa formalmente em limitar seu programa nuclear a fins pacíficos, Teerã anseia pela retirada das sanções que têm estrangulado sua economia, o que permitiria, por exemplo, o aumento da produção de petróleo em até 1 milhão b/d até 2022. Contudo, um Irã livre dos constrangimentos impostos pelas sanções econômicas pode vir a representar uma ameaça ainda

maior a Israel, que já sofre com a atuação de grupos como Hamas e o Hezbollah, ambos financiados por Teerã.

Para Israel, o acordo permitiria que o Governo iraniano desenvolvesse armas nucleares no curto prazo, fenômeno que alteraria a balança de poder regional a favor do Irã e desbloquearia recursos para o financiamento do Hamas e do Hezbollah. Esta preocupação é compartilhada pelos Estados árabes do Golfo Pérsico que também temem o apoio ofertado pelo Irã a atores não-estatais, como as milícias Houthi no Iêmen, e o aumento de sua alavancagem competitiva no mercado de petróleo. No dia 16 de junho, por exemplo, o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC, sigla em inglês) emitiu um comunicado oficial exigindo a inclusão de deliberações sobre o financiamento de grupos *proxy* pelo Irã na pauta do JCPOA. A declaração também pedia a participação do GCC nas negociações do acordo.

Assim, entende-se que a aproximação recente de Israel com os EAU e o Bahrain não se deve por mero desejo de estabilizar as relações entre árabes e israelenses, mas por considerações estratégicas que ressaltam a necessidade de construir parcerias com atores igualmente preocupados com o fim das sanções a Teerã.

DOI 10.21544/2446-7014.n144.p11.

RÚSSIA & EX-URSS

Belgorod e o poder naval russo: interesses geopolíticos e motivações econômicas

José Gabriel Melo

Poder Naval exerce um papel fundamental na garantia da soberania dos Estados. Nesse âmbito, os submarinos nucleares desempenham um importante papel dissuasório. No dia 25 de junho, em meio à Feira Internacional de Defesa Marítima (IMDS 2021, em inglês), foi anunciada a etapa de testes de mar do Projeto 09852, K-329 ("Belgorod"), um submarino à propulsão nuclear de propósito especial (SSAN, sigla em inglês). No entanto, a concretização de todas as etapas envolvidas na construção desse tipo de embarcação demanda cifras elevadas, além do alto grau de sofisticação tecnológica, suscitando o questionamento dos motivos que levam a Rússia, que enfrenta uma recessão econômica, a priorizar esse investimento.

Embora muitos detalhes acerca do SSAN Belgorod permaneçam confidenciais, é sabido que o projeto, baseado na classe Oscar-II, teve início em 2010 e foi construído pela Sevmash, uma das principais empresas da indústria naval russa. O submarino foi lançado ao mar em abril de 2019, tendo um comprimento

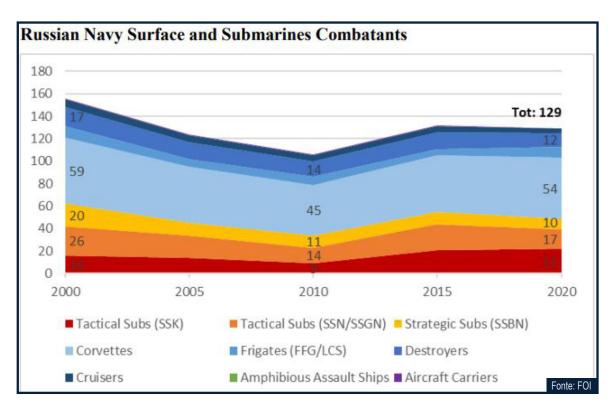
estimado de 178m e um deslocamento superior às 19 mil toneladas da classe que o originou. Além das armas convencionais presentes em embarcações desse porte, tem como diferencial a capacidade de lançar até seis drones subaquáticos movidos à propulsão nuclear "Poseidon", aptos a carregar ogivas nucleares (Boletim 117). Para além, pode embarcar os minissubmarinos, também de propulsão nuclear, Losharik e Paltus, capazes de realizar operações de informação, inclusive em cabos submarinos, atualmente, elementos essenciais para as comunicações globais.

Ademais, a construção do SSAN Belgorod está amparada pela doutrina naval russa, atualizada em 2017, que destaca a importância de uma Marinha robusta capaz de se projetar por todo o globo e de antagonizar as principais Marinhas ocidentais, reafirmando-se enquanto potência naval. Nesse sentido, estima-se que o Belgorod será alocado em Vladivostok, na Esquadra do Pacífico, região onde convergem interesses geopolíticos de outras grandes potências, como China e EUA.

Para além da questão geopolítica, a construção do Belgorod também se justifica pelo aspecto econômico, já que a indústria de Defesa representa a segunda maior fonte de receita do Estado russo (US\$ 19 bilhões, em 2018), atrás apenas dos hidrocarbonetos, e cuja base

industrial agrega mais de 700 empresas, responsáveis por cerca de três milhões de empregos somadas.

Observa-se, então, ainda que não pareça em um primeiro olhar, que o Projeto Belgorod está alinhado aos interesses russos geopolíticos, mas também econômicos.



DOI 10.21544/2446-7014.n144.p11-12.

LESTE ASIÁTICO

Como a China observa a saída dos EUA do Afeganistão?

Rodrigo Ribeiro

Aretirada das forças dos Estados Unidos do Afeganistão, que deve ser concluída em agosto de 2021, vem sendo observada com cautela por Pequim. Enquanto 90% das tropas estadunidenses já foram retiradas, o Talibã afirma ter obtido controle de parte considerável do país, tendo conquistado também a região que faz fronteira com a província de Xinjiang na China. Sendo assim, é importante analisar quais seriam as principais consequências da retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão para a China e quais ações Pequim tem tomado em relação a tal desmobilização.

A principal questão que preocupa a China é o aumento da instabilidade na região da Ásia Central. Apesar de o Afeganistão não contar com nenhum projeto dentro da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), todos os países que fazem fronteira com o Afeganistão nela estão envolvidos. Assim, teme-se que a ascensão de grupos terroristas na região transborde instabilidade, ameaçando o andamento das obras referentes à ICR. Nesse sentido, a China busca cooperar com o Paquistão para conter os riscos

à segurança regional e a difusão do terrorismo. Uma vez alcançada uma estabilidade no país, Pequim busca incluir o Afeganistão em projetos da ICR, notadamente o Corredor Econômico China-Paquistão.

Por outro lado, a retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão pode abrir espaço para que a China projete maior poder regional. Pequim busca aumentar o diálogo com todas as partes envolvidas no conflito, visando novas negociações de paz no país. Nesse contexto, é provável que a situação do Afeganistão se torne um tema recorrente nas cúpulas da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), instituição multilateral mais importante da região, que vem ganhando cada vez mais credibilidade dentro do sistema internacional, principalmente pelo papel de liderança exercido pela China. A OCX terá um papel importante ao buscar traçar estratégias de cooperação entre os países membros para aumentar a segurança de suas fronteiras e pressionar por negociações de paz no Afeganistão.

Assim, a saída dos Estados Unidos do Afeganistão »

se mostrará um grande desafio para a China. Como explorado, Pequim deverá prioritariamente impedir que um cenário de instabilidade no país transborde pela Ásia Central e prejudique seus investimentos no âmbito da ICR. Ademais, o Estado

entende que passará a representar um papel mais importante no Afeganistão, tendo até mesmo alterado seu corpo diplomático em Cabul nas últimas semanas, para melhor refletir seus objetivos no país.



DOI 10.21544/2446-7014.n144.p12-13.

SUL DA ÁSIA

O desenvolvimento de navios aeródromos de Índia e China

India e China são hoje consideradas potências regionais na Ásia. Os dois países possuem capacidade de poder de projeção sobre terra em nações vizinhas, além de serem peças centrais no tabuleiro geopolítico da região. Mesmo com culturas e processos de formações históricos e sociais completamente diferentes, China e Índia formulam estratégias navais, em muitos pontos, semelhantes entre si, sobretudo no tocante ao desenvolvimento de navios aeródromos (NAes). Ambos têm interesses geopolíticos em grandes áreas marítimas, como o Oceano Índico e os Mares do Sul e do Leste da China. Em tal realidade, os NAes aparecem como elementos centrais para o controle de área marítima. Desse modo, indica-se suas principais características operacionais e valor estratégico.

As duas nações adotaram caminhos semelhantes para o primeiro de seus novos NAes, adquiridos da ex-União Soviética: INS Vikramaditya (ex-Gorshkov) e CV-16 Liaoning (ex-Varyag), respectivamente. Os aeródromos possuem aviação naval semelhante, com o Vikramaditya

Iasmin Gabriele Nascimento e Vinicius Costa

operando o Mig-29K e o Liaoning operando o J-15. Tanto o Mig-29K quanto o J-15 não terão flexibilidade para decolar com segurança com seus pesos máximos de decolagem (MTOWs) em todas as condições, afetando proporcionalmente seu alcance máximo e cargas úteis. No entanto, ambos os tipos atualmente são caças multipropósito de quarta geração com capacidade além do alcance visual (BVR), mas sem aviônicos mais capazes, como armas BVR mais modernas.

Levando em conta as disputas marítimas, as forças navais de Pequim e Nova Délhi se tornaram vitais não só para a sobrevivência dos seus Estados, mas também por desempenhar papel central na política externa desses países para alcançar em seus interesses geopolíticos. Como abordado no Boletim 143, Pequim tem tentado garantir suas posições no Mar do Sul da China. Modernizar seus recursos é, portanto, essencial para garantir seus interesses na região. De igual modo, o Oceano Índico »

é crucial para a Índia, apesar de ainda possuir alguns desafios (<u>Boletim 142</u>). Concentrar esforços para

aprimorar suas capacidades navais é questão central ambos para os gigantes da Ásia.



DOI 10.21544/2446-7014.n144.p13-14.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Arctic Security Initiative: ponto de virada no imobilismo dos EUA?

Pedro Allemand M. Silva

7 m 24 de junho do corrente ano, parlamentares do Congresso estadunidense propuseram um projeto de lei visando garantir os fundos necessários para financiar as iniciativas estratégicas produzidas nos Estados Unidos para o Ártico — o Arctic Security Initiative Act (ASI). A postura dos EUA na região é um elemento ambíguo da geopolítica polar, sendo caracterizada por certo imobilismo. Embora detenha o maior poder militar dentre os Estados árticos (e do mundo), percebe-se a ausência estadunidense nos assuntos da região. No entanto, enquanto outros países buscam a construção de capacidades de exploração de recursos naturais e estímulo à atividade econômica nos espaços polares setentrionais, é visível que a ação dos EUA é voltada para a defesa e projeção de poder sobre a região. Diante disso, é necessário pensar de que forma os EUA buscam construir as capacidades materiais de seu reposicionamento na região, bem como pensar como a ASI pode reverter o imobilismo do país no cenário Ártico.

Recentemente, a estratégia dos EUA para o Ártico se adensou consideravelmente, com diversas agências e Forças Armadas lançando estratégias próprias para a região. Desde 2019, o Departamento de Defesa, a Guarda Costeira, o Exército, o Departamento de Segurança Nacional, a Força Aérea e a Marinha lançaram

documentos de estratégia voltados para o Ártico. Tais documentos buscam construir bases para a atualização da doutrina de emprego e atuação de tais departamentos na região, bem como pautam a necessidade de enfrentar e superar gargalos logísticos e em termos de equipamentos. Essa gama de documentos e agências mostram o grande interesse das burocracias do Executivo estadunidense em um envolvimento mais assertivo dos EUA na região. Tais estratégias também demandam a destinação de recursos do orçamento federal para sua consecução. É essa lacuna que a *Arctic Security Initiative* proposta no Congresso busca suprir, criando uma garantia legal para seu financiamento.

Tal movimento, embora ainda incipiente, demonstra como temáticas relacionadas ao Ártico, têm ganhado vulto na política dos EUA. Um maior engajamento legislativo representa um avanço na coordenação entre as instâncias políticas estadunidenses, facilitando o financiamento e a consecução dos objetivos postos pelas diversas estratégias formuladas. Nesse sentido, a ASI aparece como uma virada no imobilismo da política estadunidense para o Ártico, além de, se aprovada, ter a capacidade de transformar tal tabuleiro geoestratégico por meio da construção de uma postura mais assertiva para os Estados Unidos na região.

DOI 10.21544/2446-7014.n144.p14.

A nova Estratégia Polar francesa e o laboratório "Polar Pod": o avanço francês no continente antártico

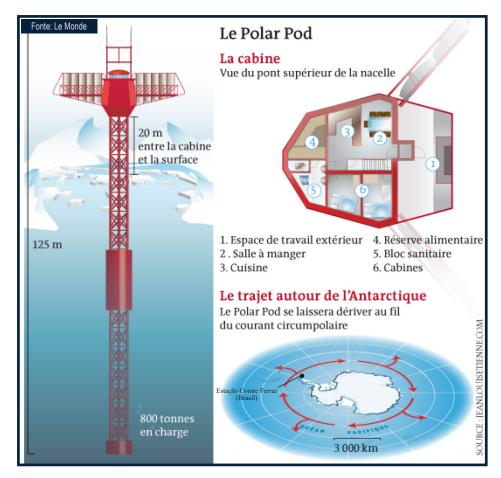
Gabriela Paulucci da Hora Viana

presença francesa na Antártica apresenta-se estruturada à ampliação de investimentos em ciência e tecnologia. A França é um dos sete países reivindicantes do território antártico e sua presença exige uma postura estratégica voltada à segurança, à governança e ao desenvolvimento científico-econômico. Como forma de defender e impulsionar os interesses no continente, no dia 23 de junho, o presidente Emmanuel Macron anunciou a primeira Estratégia Polar Francesa. Dentre seus objetivos, é reforçada a viabilização de diretrizes claras e consistentes à garantia na continuidade dos esforços franceses no continente, fazendo com que o país desenvolva ainda mais seu papel na cooperação internacional da Antártica. Porém, quais são os contratempos silenciosos que desafiam o status quo legal francês no sexto continente?

O investimento em ciência e tecnologia na Antártica faz parte de uma grande estratégia para a região. Por um lado, ainda que o artigo IV do Tratado Antártico proíba novas reivindicações, a francesa ainda está mantida. Por outro, o Tratado estabelece o uso exclusivamente pacífico do continente. Logo, o investimento em ciência e pesquisa na Antártica, especialmente para os países reivindicantes, está relacionado à ambição dos Estados em obterem vantagens comparativas caso o Tratado venha a ser revisto em algum momento.

Apesar de possuir duas bases no continente, a França quer dar um passo a mais. A inédita Estratégia Polar Francesa concretiza-se no laboratório flutuante denominado "Polar Pod", que trará à França importantes vantagens estratégicas: pesquisa, projeção de poder e segurança, na área de mudanças climáticas, biodiversidade e microplásticos. Com previsão de entrada em operação para 2024, o laboratório irá "orbitar" a Antártica coletando dados e, consequentemente, produzindo análises científicas e contribuindo para ao desenvolvimento tecnológico. Outro ponto importante é a ampliação de arranjos de cooperação: a estrutura do laboratório será rebocada horizontalmente desde a costa leste da África do Sul até a corrente marítima ao redor da Antártica.

A primeira Estratégia Polar Francesa e o "Polar Pod" reforçam dois dos maiores incentivos do país com base na análise de recursos energéticos e estratégicos no continente antártico. Cabe ressaltar que o remodelamento dos planos de investimentos da França na Antártica é um dispositivo para salvaguardar sua soberania e, sobretudo, uma resposta para a necessidade do uso da ciência como vantagem comparativa — integrado a um mosaico de questões territoriais e estratégicas, bem como a um regime de proteção ambiental e cooperação científica.



ARTIGOS SELECIONADOS & NOTÍCIAS DE DEFESA

- ► <u>The Coming Naval Arms Race in the Eastern Mediterranean</u> RUSI, Emmanuel Karagiannis
- ► <u>Killer Facebook</u> GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ► How Biden Can Bolster India's Democracy FOREIGN AFFAIRS, Alyssa Ayres
- ► <u>The Real National Security Concerns over Data Localization</u> CSIS, Erol Yayboke, Lindsey R. Sheppard e Carolina G. Ramos
- ► <u>France's Macron delivers difficult Mali message</u> IISS. Yohann Michel

CALENDÁRIO GEOCORRENTE



REFERÊNCIAS

A cooperação naval Argentina-Colômbia e o Programa Petersburgo, 26 jun. 2021. Acesso em: 28 jun. 2021. **Antártico Colombiano**

Con cooperación internacional, Ejército de Colombia llega a la Antártida. Comando General: Fuerzas Militares de Colombia, Bogotá, 13 ago. 2020. Acesso em: 09 jul. 2021.

MARY, G. Las Armadas de Argentina y Colombia afianzan sus relaciones de cooperación. InfoDefensa, Buenos Aires, 1 jul. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.

As Forças Armadas e o regime de Nicolás Maduro Nicolas Maduro renueva a toda la cúpula militar. DW, Bonn, 08 jul. 2021. • Acesso em: 23 jul. 2021.

HERNÁNDEZ, C. E. Rusia reafirma su compromiso de suministrar JOE, R. A Tale of 2 Navies: Reviewing India and China's Aircraft Carrier armamento a Venezuela. InfoDefensa, Caracas, 27 jun. 2021. Acesso em: 23 jul. 2021.

classe-Victoria

BERTHIAUME, L. Navy kicks off long-anticipated push to replace Canada's beleaguered submarine fleet. CBC, Halifax, 14 jul. 2021. Acesso em: 22 jul. 2021.

CANADÁ. Departamento de Defesa Nacional. Victoria-class SCOTT, K. Polar Pod' floating laboratory will flip onto its side and drift around submarines, Ottawa, [s.d]. Acesso em: 22 jul. 2021.

estadunidense

LITTLE, A. New Water Wars Are Coming to the American West. **Bloomberg**, Nova lorque, 28 jun. 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.

SINGH, M. 'Less water means more gas': how drought will test California's stressed power grid. The Guardian, Londres, 24 jun. 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.

Deep Blue Project: esforço marítimo da Nigéria para a segurança do Golfo da Guiné

NIMASA takes delivery of last Deep Blue Project assets. The Guardian Nigeria, Lagos, 13 maio 2021. Acesso em: 02 jun. 2021.

OKAFOR-YARWOOD, I.; BHAGWANDAS, S. How illegal fishing harms Por: Business Day. Nigeria and what to do about it. **The Conversation**, 01 jun. 2021. Acesso em: 03 jun. 2021.

Tecnologia e Efetivo: o impacto na eficiência das Forças Armadas Britânicas

REINO UNIDO. Ministério da Defesa. Artificial Intelligence used on Army operation for the first time, Londres, 05 jul. 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.

BROOKE-HOLLAND, L.; DEMPSEY, N. UK Army to be reduced to 72,500. House of Commons Library, Londres, 23 mar. 2021. Acesso em: 07 jul. 2021.

Israel strikes back: o que está por trás da aproximação de Tel Aviv com os Estados do Golfo Pérsico?

UAE, Israel Issue Joint Statement Agreeing on Many Areas of Cooperation. Gulf News, Dubai, 30 jun. 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.

VIDON, T. Israel Prepares for Impact of US's Likely Return to Iran Nuclear Deal. France 24, Paris, 02 maio 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.

Belgorod: inovação disruptiva à serviço dos interesses geopolíticos russos

SUTTON, H. I. Russia's Gigantic Submarine, Belgorod, Sails For The First Time. Naval News, Paris, 25 jun. 2021. Acesso em: 28 jun. 2021. Belgorod nuclear sub begins its first sea trials, 26 jun. 2021. TASS, São

Como a China observa a saída dos EUA do Afeganistão? ZHANG, R. China must plan for growing risks in Afghanistan and Africa: observers. South China Morning Post, Xangai, 11 jul. 2021. Acesso em: 22 jul. 2021.

MAI, J. China appoints Afghanistan special envoy as it prepares to play greater role after US troop withdrawal. South China Morning Post, Pequim, 21 jul. 2021. Acesso em: 22 jul. 2021.

O desenvolvimento de navios aeródromos de Índia e China

Procurement. The Diplomat, Washington, 07 jul. 2021. Acesso em: 24 iul. 2021.

PUROHIT, K. India's second aircraft carrier has China in its sights. South A necessidade de substituição dos submarinos China Morning Post, Hong Kong, 30 jun. 2021. Acesso em: 24 jul.

> A nova Estratégia Polar francesa e o laboratório "Polar Pod": o avanço francês no continente antártico

> Antarctica to research the Southern Ocean. CNN News, Atlanta, 03 jun. 2021. Acesso em: 02 jul 2021.

Impactos da crise climática no sistema energético Polar Pod - Jean-Louis Etienne Explorateur. Ocean Polaire, [s.d], [s.l]. Acesso em: 01 jul 2021.

> A Arctic Security Initiative: um ponto de virada no imobilismo dos EUA?

GUNN-BYE, H. Members of Congress Introduce Bill to Fully Resource Arctic Strategies. High North News, Bodø, 30 jun. 2021. Acesso em: 01 jul. 2021.

Sullivan, King, Gallagher & Luria Launch Arctic Security Initiative Act. Dan Sullivan, Washington, 24 jun. 2021. Acesso em: 01 jul. 2021.

Capa: Explainer: What is Deep Blue Project?.

Os mapas iniciais (pág 03 e 04) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

mapa intitulado "Principais Riscos Globais", exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em

cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

► ALTO RISCO:

- AFEGANISTÃO Insegurança regional: <u>Afghanistan curfew imposed as Taliban militants advance.</u> **BBC**, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- HAITI Crise estrutural: <u>Presidente Instituto Duartiano advierte inestabilidad en Haití es un riesgo para soberanía de RD.</u> El Caribe, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- IÊMEN Guerra civil e crise humanitária: <u>UNICEF Yemen Humanitarian Situation Report reporting period: 1 31 May 2021.</u> **Reliefweb**, Unicef 19 jul. 21. Acesso em: 26 jul. 2021
- MOÇAMBIQUE Conflito entre governo e forças insurgentes: <u>Mozambique welcomes African forces to help tackle insurgency.</u> **DW**, 26 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- MYANMAR Golpe militar: <u>Myanmar's lights go out as bill boycott fuels cash crunch.</u> **Nikkei Asia**, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- VENEZUELA Crise estrutural: <u>Venezuela's Maduro aims for dialogue with opposition in August.</u> **Reuters**, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS Crise política e tensões com o bloco europeu: <u>Minsk Retaliates Against European Sanctions by Ridding Country of 'Agents of Westerns Influence'</u>. **The Jamestown Foundation**, 20 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- ETIÓPIA Conflito entre governo e forças insurgentes: <u>Ethiopia's Amhara rallies residents to fight Tigrayan forces</u>. Al Jazeera, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- LÍBANO Crise estrutural: <u>Lebanon: Najib Mikati secures parliamentary majority to become prime minister designate.</u> Middle East Eye, 26 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- MALI Instabilidade política: <u>Malian president survives assassination attack.</u> **Africa News**, 20 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
 - NÍGER Aumento da atividade terrorista na região: Nigeria: Military Move Against Bandits in Niger

Forest. All Africa, 26 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.

- NIGÉRIA Ataques insurgentes: <u>Nigeria jails 10 pirates over ship hijacking</u>. **Africa News**, 23 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- SÍRIA Insegurança regional: <u>Iranian forces in Syria establish new prison in Raqqa.</u> **Al-Monitor**, 23 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- SOMÁLIA Crise política: <u>Somalia delays key election over candidate names.</u> **Africa News**, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- TUNÍSIA Parlamento suspenso pelo presidente: World urges calm amid political turmoil in Tunisia. Arab News, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- UCRÂNIA Tensões transfronteiriças entre Rússia e Ucrânia: Why Russia and Ukraine are Likely Headed for an Escalation in Their War. The National Interest, 20 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.

► MONITORAMENTO:

- ÁFRICA DO SUL Agitação civil: <u>Military not a magic bullet: South Africa needs to do more for long term peace</u>. The Conversation, 26 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO Conflito na região de Nagorno-Karabakh: <u>Tensions Escalate Again in Armenia-Azerbaijani Relations</u>. **The Jamestown Foundation**, 21 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- COLÔMBIA Crise estrutural: <u>Consejo de Estado suspende decreto de asistencia militar en la protesta social.</u> Contagio Radio, 23 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- CUBA Crise estrutural: <u>Gobiernos de 21 países repudiaron en conjunto los arrestos masivos en Cuba y exigieron la liberación de los presos políticos.</u> **Infobae**, 26 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- EL SALVADOR Crise política: <u>Demonstrators Hold Bitcoin Protest Outside El Salvador Parliament.</u> Cryptonews, 22 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- GOLFO DA GUINÉ Insegurança marítima conjuntural: <u>Defence Intelligence lays out maritime</u> security threats in Africa. **DefenceWeb**, 21 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- IRÃ Protestos sociais e contrários ao regime: <u>Iran protests spread to Tehran with chants against supreme leader.</u> Al Arabiya, 26 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- LÍBIA Em cessar-fogo: <u>EU: Libya is a high priority for the EU.</u> **The Libya Observer**, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN Expansão chinesa sobre as regiões: <u>Beijing announces naval drill in. disputed South China Sea.</u> **ANI News**, 26 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- MEDITERRÂNEO ORIENTAL Tensões entre Grécia e Turquia e ocupação do Chipre: <u>UN Security Council slams Turkish plan to reopen disputed Cyprus resort.</u> France 24, 23 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021
- NICARÁGUA Crise política: <u>Arrestan al séptimo precandidato presidencial en Nicaragua antes de las elecciones.</u> **BBC**, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- PERU Crise eleitoral: <u>A três dias da posse de Castillo, comandante das Forças Armadas renuncia no Peru.</u> Folha de S. Paulo, 25 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.